

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 154

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE NOVEMBRO DE 1998
(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 052/98

Curitiba, em 24.11.98.

Senhor Presidente.

Venho submeter à apreciação desta colenda Casa, no exercício da competência outorgada ao Chefe do Poder Executivo, pela Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 87, IV, o anteprojeto de lei anexo, objetivando promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante a constituição de subsidiárias integrais voltada ao atendimento das atividades que constituem o objeto daquela empresa, bem como promover a alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Praticamente junto com a promulgação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que tratou do regime de concessão e permissão de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal, iniciou-se a reestruturação do setor elétrico brasileiro, coordenada pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia. Esta reestruturação cingiu-se basicamente à separação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como ao estabelecimento de regras que visam, como objetivo principal, a promoção da livre concorrência, com as vantagens dela decorrentes, tanto para as empresas como para os consumidores de energia elétrica.

Para o atingimento de tal objetivo, imprescindível se torna a implementação da separação aludida, como alternativa única do Poder Concedente para o estabelecimento da tarifa correta a ser aplicada em cada uma das relações da cadeia produção-consumo. Com efeito, somente mediante a separação das receitas, pode-se vislumbrar os efetivos custos de cada uma das atividades desenvolvidas e, a partir daí, estabelecer-se a tarifa justa para a remuneração dos investimentos realizados pelo agente do mercado.

No caso da COPEL, mera repetição do que ocorreu com outras concessionárias, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, já sinalizou com a perspectiva de fazer constar dos contratos de concessão a obrigatoriedade da empresa dever verticalizar-se, definindo, inclusive, um prazo para o seu cumprimento.

Contudo, há que se notar, que não basta à COPEL para sobreviver num ambiente altamente competitivo surgido com a reestruturação do setor, meramente desverticalizar as atividades atualmente por ela exercidas como agente de mercado.

As restrições legais às quais ela está submetida na prestação do serviço a ela concedido pela União, a impedem de ter a agilidade e flexibilidade necessárias à sobrevivência na competição ora lhe imposta pelo mercado. A manutenção de seus atuais consumidores já lhe é extremamente difícil, a se considerar a obediência integral e irrestrita às

normas da legislação (Lei nº 8.666/93) que lhe obriga a licitar as obras, serviços, fornecimentos ou alienações que pretenda contratar, bem como a prestação de contas e o controle sobre ela exercido pelos órgãos pertinentes. Tal onerosidade manifestar-se-á com mais frequência face à liberação dos consumidores cativos atuais, que, na medida em que se tornam livres, buscarão contratar fornecedores do serviço concedido que apresentem preços mais competitivos.

Certamente, com o passar do tempo e uma conseqüente perda de mercado que poderá ocorrer para a COPEL, somada às condições mercadológicas pelas quais está passando a economia globalizada, as ações da Companhia tenderão a sofrer uma desvalorização.

A demora, portanto, pode se mostrar, pelo menos pelo que se depreende das projeções econômicas, um péssimo negócio para os interesses estratégicos da COPEL e, conseqüentemente, para o Estado do Paraná. Os recursos advindo da desestatização, num momento de reestruturação e ajuste fiscal, como o de agora, certamente poderão ser estrategicamente aplicados, primordialmente na formação de um fundo previdenciário que alavancará investimentos voltados ao bem-estar social do povo paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 471/98

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autortizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações

de qualquer natureza, ações, com ou sem direito a voto, de titulariedade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia - COPEL e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º.

Parágrafo Único - O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

Art. 4º - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3º desta lei, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;
- c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;
- d) situação econômico-financeira da companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
- e) sumário dos estudos de avaliação da sociedade;
- f) critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;
- g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada.

Art. 5º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - nas áreas de educação, segurança, saúde, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 6º - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S/A, autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, até o montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observado o disposto no art. 5º.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o aumento do capital social da Paraná Investimentos S/A, cujo valor poderá ser de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 8º - Em consequência do artigo anterior, o art. 2º e seu inciso I, da Lei nº 11.428, de 14/06/96, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Capital Social da Empresa será dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.999.900 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R\$ 1.999.900.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou valores mobiliários, inclusive ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) da COPEL e de outras empresas em que o Estado do Paraná detenha participação acionária”.

Art. 9º - Para consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de serviços de consultoria e assessoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante celebração de convênios ou contratos.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 467/98, que institui a Região Metropolitana de Umuarama e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Fontanella, do Município de Quedas do Iguaçu /

PR, com votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Lauro Fontanella.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Senhor Lauro Fontanella, deixou consternada toda a população de Quedas do Iguaçu. Há muitos anos no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também, como legado, uma vida toda de correção e honestidade.

As pessoas que conviveram com o Senhor Lauro, são testemunhas da sua benevolência, e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Fontanella e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Vieira, do Município de Catanduvas /PR, com votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Manoel Vieira.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor Manoel Vieira, do Município de Catanduvas, deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Homem humilde, iniciou sua vida no Município de São João e posteriormente transferiu domicílio para Catanduvas. Com certeza, jamais e em tempo algum fez sequer uma inimizade, sobretudo em função da sua maneira calma, tranqüila e serena de ser.

O Município de Catanduvas encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade de abaterem sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família do Senhor Milton Bento, de 36 anos de idade pelo falecimento no dia 22.11.98, em Rancharia - SP, deixando sua mãe, Senhora Benedita Gonçalves e nove irmãos.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Milton Bento, filho do Senhor Gilson Bento (falecido) e Senhora Benedita Gonçalves de Oliveira, membro de família fundadora da Cidade de Florestópolis, com residência há mais de 36 anos.

Cidadão honrado, voltado às causas sociais, que com seu trabalho e dedicação, muito contribuiu ao progresso da cidade.

REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consagração em Ata de um voto de louvor, ao Servidor José Abel Brina Olivo, pelo brilhante trabalho desenvolvido no exercício das suas funções.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas, pela passagem do seu 34º aniversário de emancipação política, no próximo dia 08.12.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Waldeimar Antonio Capeleti, Prefeito Municipal, ao Senhor vice-Prefeito, Gelson Levy Olivetti, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Paula Freitas comemora seus 34 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro

voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, está de parabéns a população de Paula Freitas nesta significativa data de 08.12.98, em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses anos, num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações aos atletas e dirigentes do Cavalca & Verona, pela brilhante conquista do título de Campeão Paranaense da Divisão Especial de Futsal, conquistado no último sábado, dia 21 de novembro de 1998.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os atletas e dirigentes, na sede do clube, à Rodovia BR-277, km 687, s/nº, Município de São Miguel do Iguaçu, CEP: 85877-000.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

A merecida conquista do título de Campeão Paranaense da Divisão Especial de Futsal pela equipe Cavalca & Verona se constitui em motivo de justificado orgulho para toda a população oestina.

Fruto de muita dedicação e trabalho, o título vem corroborar o talento individual e coletivo de toda a equipe, e demonstrar que as metas e objetivos, quando buscados em conjunto, são plenamente alcançados.

Pelo exposto, conclamamos o parecer favorável dos nobres colegas Deputados que magnificam este augusto Poder.

REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão legislativa, voto de congratulações à Rádio Verdes Campos, de Cascavel, pela passagem dos seus 20 anos de atividades.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os funcionários e colaboradores da emissora na pessoa do seu Diretor Geral, Senhor Carlos Strzalkowski, à Avenida Carlos Gomes, 1155, CEP: 65806-230, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Nascida do ideal de Arlindo Carelli, desbravador da FM no Oeste do Estado, a Rádio Verdes Campos entrou em operação em caráter experimental em dezembro de 1977, mas somente recebeu a licença do Ministério das Comunicações em 10 de novembro de 1978.

Sua maior luta foi pela aquisição de equipamentos com FM e contratação de pessoal especializado, à época ainda raros no nosso Estado, de tal sorte que todos os funcionários e equipamentos foram trazidos de São Paulo.

Entre momentos de glória e de grandes desafios, a Rádio Verdes Campos conseguiu vencer 20 anos em operação, sendo que muitos dos profissionais que por lá passaram, hoje figuram como destaques nacionais em outros veículos de comunicação.

Diante do exposto, conclama o respaldo de seus Pares pela aprovação da sua proposição.

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor à Sociedade Rural do Oeste pelo sucesso da 19ª EXPOVEL - 2ª Internacional, realizada recentemente no Município de Cascavel.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificado o Senhor Lindonez Rizzotto, organizador do evento e Presidente da SRO - Sociedade Rural do Oeste, à BR-277, km 600, s/nº CEP: 85803-850, Município de Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Não obstante a crise econômica que assola os principais setores da economia brasileira haver marcado presença no volume de negócios fechados durante a exposição, a 19ª EXPOVEL conseguiu atrair um público dos mais invejáveis que já prestigiu as versões anteriores dessa mostra.

O número de expositores também bateu todos os recordes anteriores, reforçando neste ano as atrações nas áreas de lazer e negócios; contudo, o ponto alto foi a performance dos 240 expositores do setor pecuário, que comercializaram animais de padrão genético considerado o melhor de toda a história da EXPOVEL.

A Rodada Internacional de Negócios atraiu centenas de indústrias e comerciantes do Brasil e países vizinhos, viabilizando negociações de considerável monta.

A Sociedade Rural do Oeste já se prepara para a 20ª EXPOVEL, assegurando que “nossa feira será

definitivamente consolidada como o maior evento de integração do Brasil com os países do MERCOSUL”.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares a esta proposição.

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Srta. Marken Valerius, de Medianeira, pela conquista do título de Miss Paraná 99, conquistando no concurso realizado em Londrina.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dada ciência à Srta. Marken Valerius, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Izolde Gondro, que solicita a conclusão das obras de asfalto na Av. Rui Barbosa - Bairro Cachoeira. O tráfego de caminhões que carregam saibro é intenso e a poeira que se forma é insuportável, causando problemas de saúde aos moradores. Pede também, com certa urgência, “caminhões pipa” para molhar a rua e amenizar o problema. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 282-0963.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de reiterar o pedido da Sra. Marli Terezinha Brilhante, feito através de nosso requerimento LCM/AL/16.721 de 31 de agosto do corrente (cópia anexa), em que foi solicitado a abertura de valetas na Rua Cinco, em frente à casa 275 - Bairro Santa Rosa, e terra para aterrar seu terreno. Infelizmente o pedido não foi atendido até a presente data, no seu terreno não tem mais lugar onde abrir uma fossa caseira e a situação encontra-se crítica. Face ao exposto, a Sra. Marli refaz tal

reivindicação, solicitando providências urgentes. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 254-8179 (comercial).

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, solicitando as providências cabíveis para restabelecer a paz e a justiça na comunidade de Rasgadinho, em Guaratuba.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da Justiça, Dr. Gilberto Giacóia.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Conforme matéria em anexo, publicada no dia 22/11/98, no jornal Folha do Paraná, a situação da comunidade de Rasgadinho é crítica, quer seja pela precária condição de vida e infra-estrutura, quer seja pela constante ameaça dos búfalos e dos pistoleiros da Fazenda Estrela.

Violência, maus tratos e ameaças fazem parte do cotidiano das famílias desta sofrida comunidade. "Rasgadinho é uma terra sem lei. E mais: sem cidadania, sem água encanada, sem luz, sem esgoto ou posto de saúde", diz a matéria do jornal.

Os búfalos da Fazenda Estrela, de propriedade do engenheiro mecânico Sérgio Cavalcanti, destroem as plantações e afugentam os alunos da escola que fica na comunidade. Por causa das constantes agressões físicas e ameaças aos moradores de Rasgadinho, o Sr. Cavalcanti tem um pedido de prisão preventiva assinado pelo promotor de Guaratuba. Infelizmente, a Justiça ainda não se pronunciou sobre o caso e o fazendeiro continua agindo impunemente, instaurando o terror na pequena comunidade.

Para minimizar a dor e o sofrimento desta comunidade é preciso que as autoridades municipais e estaduais, juntamente com o Ministério Público, tomem, de forma imediata, as medidas necessárias para restabelecer a paz, a ordem, a lei e a justiça em Rasgadinho.

Posto isto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, solicitando providências imediatas para a liberação efetiva da

estrada Limeira-Cubatão, bem como, a manutenção do pleno funcionamento e segurança dos alunos que freqüentam a escola municipal de Rasgadinho.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Guaratuba, Everson Ambrósio Krauctz, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Valdemar Travassos.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Conforme matéria em anexo, publicada no dia 22/11/98, no jornal Folha do Paraná, a situação da comunidade de Rasgadinho é crítica, quer seja pela precária condição de vida e infra-estrutura, quer seja pela constante ameaça dos búfalos e dos pistoleiros da Fazenda Estrela.

Violência, maus tratos e ameaças fazem parte do cotidiano das famílias desta sofrida comunidade. "Rasgadinho é uma terra sem lei. E mais: sem cidadania, sem água encanada, sem luz, sem esgoto ou posto de saúde", diz a matéria do jornal.

Os búfalos da Fazenda Estrela, de propriedade do engenheiro mecânico Sérgio Cavalcanti, destroem as plantações e afugentam os alunos da escola que fica na comunidade. Por causa das constantes agressões físicas e ameaças aos moradores de Rasgadinho, o Sr. Cavalcanti tem um pedido de prisão preventiva assinado pelo promotor de Guaratuba. Infelizmente, a Justiça ainda não se pronunciou sobre o caso e o fazendeiro continua agindo impunemente, instaurando o terror na pequena comunidade.

Para minimizar a dor e o sofrimento desta comunidade é preciso que as autoridades municipais e estaduais, juntamente com o Ministério Público, tomem, de forma imediata, as medidas necessárias para restabelecer a paz, a ordem, a lei e a justiça em Rasgadinho.

Posto isto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, solicitando a imediata retirada dos búfalos e dos pistoleiros que atemorizam a comunidade de Rasgadinho, em Guaratuba.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Conforme matéria em anexo, publicada no dia 22/11/98, no jornal Folha do Paraná, a situação da comunidade de Rasgadinho é crítica, quer seja pela precária condição de vida e infra-estrutura, quer seja pela constante ameaça dos búfalos e dos pistoleiros da Fazenda Estrela.

Violência, maus tratos e ameaças fazem parte do cotidiano das famílias desta sofrida comunidade. "Rasgadinho é uma terra sem lei. E mais: sem cidadania, sem água encanada, sem luz, sem esgoto ou posto de saúde", diz a matéria do jornal.

Os búfalos da Fazenda Estrela, de propriedade do engenheiro mecânico Sérgio Cavalcanti, destroem as plantações e afugentam os alunos da escola que fica na comunidade. Por causa das constantes agressões físicas e ameaças aos moradores de Rasgadinho, o Sr. Cavalcanti tem um pedido de prisão preventiva assinado pelo promotor de Guaratuba. Infelizmente, a Justiça ainda não se pronunciou sobre o caso e o fazendeiro continua agindo impunemente, instaurando o terror na pequena comunidade.

Para minimizar a dor e o sofrimento desta comunidade é preciso que as autoridades municipais e estaduais, juntamente com o Ministério Público, tomem, de forma imediata, as medidas necessárias para restabelecer a paz, a ordem, a lei e a justiça em Rasgadinho.

Posto isto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário de Estado da Saúde Armando Raggio; com relação ao impasse entre o Município de Ponta Grossa e o Sistema Único de Saúde.

A situação apresentada pela Procuradoria da República em relação a fraude do SUS em Ponta Grossa, merece que os órgãos competentes do Estado intercedam em favor do município, para poder esclarecer o que realmente ocorreu, pois, os atendimentos teriam sido realizados, mas o problema pode estar relacionado aos prontuários.

O que pode ser notado é que os municípios envolvidos na fraude foram autorizados a agir desta forma através de órgãos superiores, que devem ser investigados para que os verdadeiros responsáveis expliquem o porquê desta situação.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, solicitando que as obras onde a terraplanagem está em fase de acabamento, bem como nas cabeceiras de rios e pontos onde a chuva e demais ações climáticas poderão danificar os trabalhos realizados, que as referidas obras não sejam interrompidas.

Entendendo o momento crítico que se encontra o setor financeiro do Estado do Paraná e ciente da necessidade do corte de gastos, mas não concordando com a paralisação de obras que estão em fase avançada de construção, como exemplo a pavimentação asfáltica que liga Ponta Grossa a Teixeira Soares através de Guaragi, é que se faz esta solicitação.

A obra tomada como exemplo já foi reiniciada várias vezes e muitos trabalhos realizados foram danificados e tiveram de ser refeitos tornando onerosa a sua execução.

Por estes motivos e como sinal de respeito a população e aos recursos do Estado, solicita-se autorização em caráter emergencial da continuidade das obras que enquadram-se na reta final de conclusão, ou ainda, daqueles trechos que poderão ser danificados através de ações climáticas.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando qual o total de ações da COPEL que foram vendidas no atual governo e quanto isso representa na composição acionária total da empresa.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa tentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se a relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando qual o valor unitário das mesmas quando da venda e a data em que as operações foram realizadas, bem como a data em que o dinheiro entrou no caixa da empresa e quanto.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extrema-

mente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se a relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando quais os valores das 20 (vinte) últimas cotações anteriores à venda de cada um dos lotes de ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se

a relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando quanto foi pago de comissão pelas operações de venda das ações da COPEL, e quem recebeu a respectiva comissão pela corretagem.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se a relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na

mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando qual o destino dado aos recursos obtidos com a venda de cada lote de ações.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se a relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando qual o critério utilizado pela Diretoria da COPEL para destinar os recursos provenientes das vendas das ações da empresa.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se o relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o

debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Secretário Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Presidente da COPEL, o Senhor Ingo Hubert, solicitando seja enviado a esta Casa, documento constando qual o motivo do descumprimento da Lei Estadual nº 11.253/95, que dispõe no Art. 1º, § 4º, que as operações de venda de ações da COPEL deverão ser acompanhadas por 05 (cinco) membros do Poder Legislativo.

O referido pedido se justifica pelo fato de o processo de venda de ações desta empresa intentado pelo Governo, até o presente momento, estar na mais completa obscuridade, não sendo conhecida a quantidade de ações vendidas, os reais valores obtidos com a venda destas ações, e tampouco a destinação que se deu ao produto da venda destas ações.

Destaca-se ainda, que não obstante a venda de ações permanecer na mais completa obscuridade, o Governo do Paraná cogita vender a referida empresa, sem qualquer discussão com a sociedade, conforme vem noticiando a imprensa estadual nos últimos dias.

Desconhece-se por completo, qual seja o real interesse do Governo em privatizar a COPEL uma vez que possui uma situação econômica extremamente saudável, contendo a mais avançada tecnologia do setor, dentre outros aspectos que a coloca como uma empresa modelo do setor, destacando-se o relevante serviço de interesse público que a mesma presta a sociedade.

É preocupante a forma como o Governo vem conduzindo o processo em relação à COPEL, na mais completa obscuridade, fugindo ao debate e sonegando informações à sociedade sobre a destinação que pretende dar à mais importante empresa do Estado do Paraná.

Destaca-se por fim, que a COPEL não pode ser privatizada na surdina, de forma obscura, especialmente em face dos escândalos que estão se dando nas privatizações que vem sendo realizadas no país até o presente momento. É preciso abrir o debate à sociedade, o Governo do Paraná do Paraná deve mostrar ao povo paranaense quais são os seus

reais planos e interesses em relação ao que se pretende fazer com a maior empresa deste Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 472/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Fundo de Saúde dos Servidores do Poder Judiciário - FUNSEP, com sede e foro nesta Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que o Fundo de Saúde dos Servidores do Poder Judiciário - FUNSEP, instituição de caráter assistencial preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento.

A presente iniciativa, além de inserir a instituição no rol do conhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que o Fundo de Saúde dos Servidores do Poder Judiciário vem realizando e, certamente continuará a realizar no campo da assistência social, promovendo o desenvolvimento de seus associados e procurando soluções para seus problemas.

PROJETO DE LEI Nº 473/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o valor de 1 (um) salário mínimo mensal, ao funcionário público estadual, que tenha filho portador de deficiência que o incapacite a exercer trabalhos remunerados.

Art. 2º - O Poder Executivo destinará a dotação orçamentária necessária para a execução da presente lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O benefício proposto na presente lei objetiva cumprir os dispositivos constitucionais relacionados, a saber: art. 203, inciso V da Constituição Federal e art. 222, Parágrafo Único da Constituição Estadual, que asseguram o benefício de "um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei."

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 474/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso III do art. 1º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

III - seis por cento (6%), considerado o número de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

A presente proposição, ao alterar um de seus critérios, tem por objetivo aumentar as receitas dos municípios menores do nosso Estado. A alteração do critério de **população total do município** para **população rural do município** proporcionará às prefeituras dos municípios mais carentes recursos da ordem de 2% do ICMS anual, uma pequena redistribuição, mas que muito ajudaria nas dificuldades que os poderes executivos municipais tem para a manter seus serviços públicos e sociais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ferreira, no Horário do Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, neste momento presidindo a nossa sessão e o nosso 1º vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Senhores Secretários, Senhores Deputados, caros visitantes, membros da Câmara Mirim de Ibiporã de Vereadores, como já disse o próprio Presidente, os que terminam o mandato e aqueles que estão assumindo o seu mandato a partir de 99. Meu caro Presidente da Câmara - João Toledo, Vereador Luiz Karimata, demais companheiros que acompanham e que assessoram a Câmara Municipal de Ibiporã: Marcelino, Eli.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago a esta Casa para visita e para que conheçam o Parlamento, meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a Câmara Mirim de Ibiporã. Ela representa uma experiência nova, uma experiência positiva dentro da conscientização e da formação do futuro cidadão da nossa comunidade. Parece-me e pode parecer a alguns que não tem importância em você trazer para dentro da convivência político-partidária de um processo legislativo, um grupo de jovens de 13, 14 anos. Mas enganam-se aqueles que entendem que nesta idade não têm capacidade para acumular e para absorver o fundamento do processo legislativo. E é o que estamos a ver na cidade de Ibiporã uma Câmara Mirim, interessada no processo da cidade, discutindo as nossas questões, discutindo as questões da comunidade e, sobretudo, também, dentro da sua alçada, dentro do seu entendimento buscando apresentar as condições para que possamos resolver.

E este é o primeiro passo para que possamos formar o cidadão e sobretudo fortalecer o processo democrático dentro das nossas comunidades. E é por isso que hoje temos a honra e o prazer - e para mim em especial a satisfação de poder contar com este grupo de jovens que se faz presente e também pela aquiescência do Deputado Anibal Khury, usará da palavra, expondo suas próprias expressões, a experiência da Câmara Mirim e a experiência do amadurecimento e do ganho da cidadania que hoje verificamos junto a esta comunidade estudantil.

Parabéns à Câmara Mirim de Ibiporã, seus integrantes, parabéns ao autor do projeto, parabéns aos Vereadores que tiveram a visão política de sustentar esta proposta inovadora diante da comunidade e diante da sociedade. Por isso chamaria, Senhor Presidente, com sua permissão a Vereadora Mirim Letícia para que fizesse uso da palavra e em seguida o Vereador Mirim Ricardo.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA

Acho horrível o que vou fazer, mas acho também uma indelicadeza dos Senhores Parlamentares com as crianças que estão nos visitando em não acompanhar os fatos que estão ocorrendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Solicito aos ilustres Parlamentares que tomem assento nos seus lugares para ouvirmos a nossa Vereadora Mirim, a Letícia, por sugestão e anuência da Mesa Executiva, Deputado Florisvaldo Fier.

A VEREADORA MIRIM LETÍCIA

Boa tarde, Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, Senhor 1º Secretário Nelson Garcia, Senhor 2º Secretário Luiz Carlos Alborghetti, demais Deputados Estaduais, autoridades presentes, amigos e companheiros Vereadores Mirins.

É com muita satisfação, que em meu nome e todos os Vereadores Mirins de Ibiporã, agradecemos a oportunidade de estarmos aqui presentes.

Com certeza, trará grande experiência e enriquecimento para as nossas vidas, principalmente em nossa profissão futura.

Um agradecimento especial ao nosso Deputado Estadual José Maria Ferreira, pelo empenho de nossa vinda, e ao Deputado Anibal Khury, pela permissão do uso dessa tribuna, para nós, Vereadores Mirins, muito importante.

O objetivo principal dos Vereadores Mirins, é uma maior integração entre a comunidade e a escola, e uma noção mais ampla do Poder Legislativo.

Com esta proposta fizemos os seguintes trabalhos durante um ano:

- O dia com o Prefeito. Conhecer mais de perto a realidade do nosso município.

- Visitas às escolas. Diferenciamos as realidades de cada uma, conseqüentemente seus problemas, e de que forma poderíamos ajudá-los.

- Frequentamos a Câmara Municipal, uma vez a cada mês, levando os projetos em sessão conjunta.

Todos esses trabalhos tivemos a colaboração dos Vereadores do nosso município, em especial aos vereadores idealizadores do projeto, que é a Lurdes Narciso e o João Coloniesi.

Obrigado a todos.

Letícia.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Concedo a palavra ao Vereador Mirim, da Câmara de Ibiporã, o ilustre jovem Ricardo Silva Motta.

O VEREADOR MIRIM RICARDO

Boa tarde ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, aos demais Deputados, autoridades

aqui presentes, e demais pessoas que estão aqui nos assistindo.

Venho aqui nesta tribuna agradecer a oportunidade de poder expressar os meus conhecimentos que me foram conferidos nesta legislação de ser "Vereador Mirim", pois vemos que a consciência política no jovem, hoje em dia, está muito precária. Vemos que os jovens não estão muito interessados em quais os governantes que vamos ter em nosso País.

Então, temos que fazer com que nossos jovens façam a consciência política voltar às suas mentes, para que futuramente possamos escolher bons representantes para a nossa comunidade, a fim de realizar os trabalhos que a população mais precisa atualmente.

A experiência de ser um Vereador Mirim foi para mim, desde o começo, uma experiência muito gratificante, pois, antes de entrar nesta Câmara tinha outras idéias do que seria o meio político, e como seriam as aprovações dos projetos, o quanto é difícil, nós que, não que eu esteja no meio, mas, como vocês estão, e depois também tendo essa experiência de como é aprovar um projeto, como é fazer com que esse projeto se torne de conhecimento público e realizado à certa autoridade, é um processo muito difícil.

Então, pessoas que não estão ligadas aos meio não têm essa percepção, que agora tenho, e tenho certeza que também meus colegas aqui presentes possuem agora.

E como agradecimentos a mais, ao nosso Deputado José Maria Ferreira, que juntamente com os Vereadores Lurdes Narciso, o João Colóniesi, Presidente da Câmara de Ibiporã, fizeram com que possamos e conseguimos realizar a nossa vinda aqui, que está sendo agora uma experiência muito gratificante em minha vida, na vida deles, e a certeza de que próximas legislações da Câmara Mirim poderão visitar vocês aqui também.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Agradecendo a presença dos Vereadores Mirins e dos Senhores Vereadores que deram a condição pela qual este testemunho fosse dado por estes jovens que no dia de amanhã irão nos suceder, em nome desta Casa, em nome da Mesa Executiva e dos Senhores Parlamentares irá falar o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Quero parabenizar em nome da Mesa, em nome do Presidente Anibal Khury, em nome do Deputado Nelson Garcia e Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Zuk e em nome de todos os Sen-

hores Deputados que estão aqui, o Deputado José Maria Ferreira.

Porque conhecer o Deputado José Maria Ferreira posso dizer que conheço. Sei quem é o Deputado José Maria Ferreira, tanto é que Ibiporã o trouxe de volta a esta Casa e Ibiporã também me trouxe de volta a esta Casa porque lá também fiz os meus votos.

E, conhecendo o Deputado José Maria quando era prefeito, tinha sempre o hábito de ligar para mim para que eu fosse à Prefeitura conhecer os seus planos de trabalho, os seus anseios, seus sonhos, seus ideais. E via no Deputado José Maria aquela vontade na área Executiva de construir uma Ibiporã cada vez melhor. Depois conheci o Deputado José Maria no Legislativo e vejo nele a sua vontade, os seus ideais de legislar não só por Ibiporã mas por todas as cidades do Paraná.

E fico feliz porque hoje de manhã, ao ir para o meu trabalho, a minha televisão, fiquei sabendo que a Câmara Mirim, formada por estes jovens lindos espiritualmente, em paz e com amor no coração estão aqui esta tarde para conhecer o Parlamento do Estado do Paraná.

Lamentavelmente vieram num dia que também nesta Casa se encontram alguns professores em greve de fome reivindicando os seus ideais também, a respeito do Sindicato da APP.

Então, é muito importante. Vocês vieram numa tarde para conhecer o parlamento e este é o parlamento feito de concreto onde vocês vêm a melhor imprensa do Estado do Paraná, porque sou um paranista e defendo minha imprensa. Vocês estão vendo as taquígrafas, convidados, as coordenadoras que fazem a Ata, vocês estão vendo a diretoria de assistência ao Plenário e vários assessores porque cada Deputado tem um assessor aqui. O Deputado José Maria tem a sua assessoria que toda hora está correndo ao lado dele. O Deputado Orlando Pessuti que é municipalista, defende muito a área rural e está aqui sempre, o Deputado Péricles, de Ponta Grossa, também municipalista, o Deputado Romanelli que foi Secretário da Habitação, vocês estão vendo também um particular amigo meu, o Deputado Ângelo Vanhoni que foi Vereador durante muitos anos, o Deputado Irineu Colombo, Deputado Paulo Gorski, de Cascavel, Deputado Edgar Bueno, que também representa Cascavel. Deputado Toti Colaço, outro municipalista, Deputado Nereu Moura, também municipalista.

Gostaria de mostrar a vocês quem são os Deputados. Vou chamá-los: Deputado Hermas Brandão, foi nosso Secretário da Agricultura, Deputado Eduardo Trevisan, foi Prefeito de Cornélio Procopio, Deputado Carlos Simões é jornalista, radialista. Deputado Joel Coimbra, um exemplo de Promotor Público, um exemplo no Parlamento, Deputado

Miltinho Puppio de Jandaia do Sul, Deputado Albanor Gomes, também municipalista. E quando falo municipalista é aquele que dá a vida pelo município, é aquele que luta pelo município. Deputado médico, Luiz Accorsi, Deputado João Techy Filho, também médico, Deputado Duílio Genari, municipalista, Deputado Plauto Miró Guimarães, um jovem que representa os Campos Gerais, Deputado Valmor Trentini que representa o Noroeste do Paraná, Deputado Hidekazu Takayama, pastor evangélico da Assembléia de Deus, Deputado Luiz Carlos Zuk dos Campos Gerais, Deputado Nelson Garcia, que representa Umuarama.

Estão faltando alguns Deputados que estão nos seus gabinetes. Aí vocês vão perguntar: "Mas são 54 Deputados, está faltando." É claro que está faltando, uns estão em audiência com o governador, outros estão nas Secretarias com seus respectivos Prefeitos. Porque quando o Deputado José Maria Ferreira era Prefeito ele vinha aqui, corria para várias Secretarias buscando soluções para os seus municípios. Ninguém está faltando aqui hoje, à maioria está aqui, mas alguns estão correndo as Secretarias com seus Vereadores. Uma suposição: a Letícia ela precisa resolver um problema na Secretaria da Saúde, ela vai procurar o Deputado José Maria Ferreira. Se o Deputado José Maria não estiver ela vai procurar o Deputado Alborghetti. Está chegando o Deputado Durval Amaral. Deputado Durval Amaral, essa é a Câmara Mirim de Ibiaporã, são os futuros políticos do Paraná. E tenho fé em Cristo que um dia estarão sentado nesse parlamento. E temos o Líder do Governo. Tem que ter um Líder aqui para defender o Governador Jaime Lerner, como temos o Líder da Oposição. Gostaria de apresentar o Líder do Governo, nosso amigo, Deputado Valdir Rossoni.

Então, este é o Parlamento, esta é a Casa que quem nos paga são os seus pais, com os seus impostos. Somos empregados de vocês. Quem paga o meu salário aqui, para que eu esteja aqui, não em Londrina, não em Curitiba, não essa vida de cigano como está o Deputado José Maria Ferreira aqui, em Ibiaporã. Quem paga o meu salário e do Deputado José Maria Ferreira são vocês, são seus pais. Então, somos empregados de vocês estamos trabalhando por vocês. Então quero parabenizá-los, que vocês saem daqui com a certeza, mas com a certeza que este é o parlamento mais produtivo do Estado do Paraná, todos os Deputados que aqui estão são honrados, são descentes. E o político para mim, minha jovem que ocupou a tribuna e o jovem que ocupou a tribuna, o político para mim tem que ter três quesitos importantes na sua vida: honra, caráter e lealdade, este parlamento os tem. Sejam bem-vindos, que Deus abençoe a todos vocês.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

Agradecendo uma vez mais os jovens aqui presentes, os Srs. Vereadores de Ibiaporã e ao Deputado José Maria Ferreira. Registro com satisfação, antes do ilustre Deputado Colombo usar da palavra, a presença do nosso Deputado Federal eleito, Osmar, que além de ser uma esperança do Paraná em Brasília é também amigo desta Casa, amigo do Deputado Nelson Garcia e aqui se encontra à nossa direita. Seja bem-vindo ilustre Deputado, a Casa é sua que Deus lhe ajude na representação maior do Estado do Paraná na Câmara Federal deste País.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Antes do meu pronunciamento, Sr. Presidente, só quero anunciar no meio de nós a presença também de um outro Deputado Federal, Doutor Márcio, de Telêmaco Borba, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, está nos visitando. Seja bem-vindo Deputado em nome da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

A Mesa Executiva associa-se a presença do ilustre Deputado e cumprimenta mais uma vez mais um representante dos Campos Gerais. A palavra é sua Deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Trago a esse Plenário uma denúncia do barbarismo contra os pequenos agricultores do interior de Guaratuba. É uma matéria publicada no jornal "Folha do Paraná" que fala da comunidade de Rasgadinho. A situação da comunidade de Rasgadinho é crítica, quer seja pela precária condição de infraestrutura, quer seja pelas condições de ameaça dos búfalos e dos pistoleiros da Fazenda Estrela. A violência, maus tratos, ameaças fazem parte do cotidiano das famílias dos pequenos agricultores daquela comunidade. Rasgadinho é uma terra sem lei, e mais: sem cidadania, sem água encanada, sem luz, sem esgoto ou posto de saúde, afirma a matéria do jornal.

Segundo a reportagem os búfalos da Fazenda Estrela, de propriedade do fazendeiro engenheiro Sérgio Cavalcanti, destroem as plantações, afugentam os alunos da Escola Municipal de Rasgadinho, escola que existe desde 1953. Srs. Deputados, a escola está sem aula porque os búfalos não deixam as crianças irem para a escola. por causa das constantes agressões físicas e ameaças aos moradores de Rasgadinho o Senhor Cavalcanti tem um pedido de prisão preventiva assinada pelo Promotor de

Guaratuba, infelizmente a justiça não se pronunciou sobre o caso, o fazendeiro continua agindo impunemente, instaurando um clima de terror na pequena comunidade. A situação é tão grave que entidades respeitadas e conceituadas na luta pela terra e direitos humanos, como a Pastoral da Terra, CPT, estão se mobilizando a favor dos agricultores, que já tem a posse da terra há mais de trinta anos, e mesmo assim continuam ameaçados para deixar o local.

Os pistoleiros do Senhor Cavalcanti são acusados de agredir os moradores em casa e na escola, escola inclusive que foi motivo de saque da merenda pelos próprios pistoleiros do Senhor Cavalcanti. O fazendeiro afirma na reportagem que a força é a única lei que os agricultores entendem. Esses fazendeiros fazem apologia à violência e ao crime, mantêm jagunços armados, inferniza a vida dos posseiros e nada é feito pelas autoridades competentes. O Delegado de Polícia, mesmo recebendo uma queixa formal que uma mulher fora estuprada por um pistoleiro, nessa comunidade, não tomou nenhuma providência. Há vários indicativos que este delegado mantém uma relação de proteção, inclusive, ao fazendeiro que se diz proprietários do local.

Essa Casa de Lei não pode deixar passar em branco uma situação dessas, que é da Idade Média, onde uma comunidade que existe desde 1953, são posseiros, sem documentos escriturado da terra, que têm lá uma escola que não está tendo aula por não ter acesso facilitado pois a única estrada que tem é tomada por búfalos. Uma comunidade que a autoridade municipal não toma pé da situação, que não tem política, onde mulheres são estupradas, crianças são proibidas de freqüentar a escola. Uma comunidade onde se discute juridicamente a posse da terra, mas há mais de 30 anos eles têm documento que comprova isso, eram mais de 50 famílias, hoje são 19 famílias, num regime de terror estão abandonando o lugar. Chama-se Rasgadinho, é uma comunidade isolada em Guaratuba, e para isso estamos tomando algumas providências. É preciso que as autoridades estaduais e municipais, juntamente com o Ministério Público, tomem, de forma imediata as medidas necessárias para que se estabeleça a paz, a ordem, e a justiça em Rasgadinho.

Também peço a aprovação dos senhores, de alguns requerimentos, primeiro ao Prefeito Municipal que dê condições de infra-estrutura, que dê apoio, guarida àquela comunidade. Ao Presidente da Câmara de Guaratuba e também a Secretaria de Segurança do Estado do Paraná e ao Ministério Público do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputado. Infelizmente, cenas como estas, estamos vendo ainda hoje em dia. O Estado do Paraná que faz apologia como

Estado que vai se industrializar, que está na vanguarda de desenvolvimento, no Brasil, e convive com enfrentamentos, típicos da Idade Média, entre posseiros e falsos proprietários, crianças não podendo freqüentar escola.

Criança no Paraná, impedida de freqüentar escola, é uma coisa sagrada, famílias não têm direito a um posto de saúde e estão sem estrada! Isso é inadmissível no Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Vereadores e Vereadoras Mirins de Ibiporã, que nos visitam hoje.

Hoje, pela manhã, estive conversando com uma professora aposentada filiada a APP Sindicato. Disse-me a professora duas coisas, uma delas que durante a campanha eleitoral, para o seu primeiro Governo, que hora termina, Jaime Lerner disse que os professores deveriam ser tratados assim como os japoneses tratam os seus, se curvando perante eles e não com tropa como tinha sido tratados no Governo Álvaro Dias.

A outra coisa que esta professora aposentada me disse é que ela tem o direito, porque assim ela fez a opção, de contribuir com a APP Sindicato e não é o Governo que tem que ficar sabendo pseudas pesquisas para saber quem quer que desconte ou não.

Isso é importante, porque após ela falar comecei a refletir, o que é mais grave, é a cavalaria da polícia em cima do professor ou é o desrespeito ao direito, à dignidade, a inteligência dos professores e funcionários das escolas. O que agride mais, ambos são agressivos e talvez impossível de medir o que mais agride. Porém, o atual momento em que vivemos demonstra que o Governador não está respeitando aquilo que ele falou durante o processo de campanha eleitoral para o seu primeiro governo.

O Plenarinho, na entrada da Assembléia Legislativa está em greve de fome oito pessoas, já no sétimo dia. Sei porque conheço perfeitamente bem todos aqueles que ali estão. Eles vão até o fim. E não sei se é o fim o que o governo deseja, porque o fim que eles estabeleceram para si próprios, é o fim da própria vida. Porque a dignidade, representa mais do que a própria vida - e o Governador parece que não enxerga isso. Será que o Governador deseja o fim de uma vida, uma vítima fatal, para depois reconhecer o direito de cidadania e de liberdade de organização desse professores - é a pergunta que fazemos. Já estamos desacostumados com as greves de fome, que muitas ocorreram durante o período

da ditadura militar, que foi a única arma usada, por muitos daqueles presos políticos, para conquistar seus direitos, mesmo como preso, ou seu direito de liberdade, que veio através da anistia. A arma desses professores agora é a mesma, a de fazer com que o seu próprio corpo seja submetido a um regime de fome, para chamar a atenção da sociedade, e daquele governante, insensível, e mais do que insensível, autoritário, que é como tem se destacado Jaime Lerner.

Permaneci conforme disse, as últimas 24 horas dentro desse Plenário. Não me arrependo, fiz o jejum de fome e permaneço até agora. E quero dizer, que se esses atos, meu e de alguns Vereadores, como havia em Maringá - o Zezinho, e o Serginho em Campo Mourão, juntos em apoio a esses professores, enquanto o autoritarismo do Governo não resolver, não temos dúvidas, se assim desejarem, àqueles que lutam por cidadania e por dignidade como os professores e funcionários, desejarem alguma outra ação, mais radical de nossa parte, queremos dizer a APP - Sindicato que estamos à disposição e faremos. Porque as ações radicais, só poderão ser respondidas com outras radicais, e para isso estamos dispostos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 052/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, com o objetivo de promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, mediante a constituição de subsidiárias integrais voltadas ao atendimento das atividades que constituem o objeto da mesma, bem como promover a alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Apoio ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha - ACACE, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147/97, de 16.09.97)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 258/98, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de Sião, com sede e foro na Cidade de Maringá. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94, de 25.05.98)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 295/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a (CAOPA) - Central do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Medianeira. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Jaboti. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 011/98, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, prestação de contas de créditos para despesas dos Senhores Deputados, exercício de 1997, Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do relatório de movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1997, regulamentado pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.98.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/98, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, prestação de contas da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, exercício de 1997, Resolução nº 55, de 10 de outubro de 1983.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1997, regulamentada pela Resolução nº 55, de 03 de outubro de 1983.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.98.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 013/98, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 1997. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1997.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.98.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Incluir no projeto a emenda.

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Rainha do Lar, com sede em Santa Lúcia e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Incluir a emenda ao projeto.

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública, o Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede e foro na Comarca de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Reny Borsatto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede e foro na Comarca de Santo Antonio da Platina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde, com sede e foro na

Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 299/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/98, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública, a Associação Mirim Ribeirão Clarensense no Município de Ribeirão Claro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108, de 10.08.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 308/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Mirim Ribeirão-Clarensense no Município de Ribeirão Claro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/98, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância - Creche João Paulo II, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 382/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Lacerda Trevisan, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância - Creche João Paulo II, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, neste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 09.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 440/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/98, de autoria do Deputado Irineu Mario Colombo, que declara de Utilidade Pública o Projeto Gente de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 10.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 444/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Gente de Quedas do Iguaçu - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/98, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mauá da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 10.11.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 446/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mauá da Serra - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer um convite: estará acontecendo às 17:00 horas no 1º andar do Palácio da Justiça o jantar de lançamento da Campanha Estadual chamada "Adotar é legal". Uma tentativa - que o Estado do Paraná está na vanguarda - de uma entidade que cuida de programas de adoção, tutela e guarda em Curitiba e a 2ª Vara da Infância e Juventude, Doutor Fernando e ainda o Tribunal de Justiça, estão promovendo uma campanha de orientação às famílias aos Conselhos Tutelares e ao próprio

juizado e Ministério Público, no sentido que as adoções sejam legais. Existe muita adoção à brasileira. É fácil adotar, está desburocratizado.

O Estatuto da Criança prevê uma forma moderna de adoção, guarda e tutela, mas falta desenvolver este programa. Então, começa no Estado do Paraná esta iniciativa inédita a nível de Brasil, a campanha "Adotar é legal". Os Deputados que quiserem acompanhar, pois é muito importante antes da criança ir para a rua, para um abrigo, é melhor que tenha uma família, de preferência família natural, caso contrário uma família substituta.

Todos estão convidados, a mensagem é do próprio Doutor Fernando, que pediu para transmitir à Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Deputado Federal eleito pela região de Telêmaco Borba, uma região que há muitos anos não tem uma representação política e, agora elegeu um Deputado Federal, Doutor Márcio, que está visitando o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

A Mesa Executiva, mais precisamente o Deputado Irineu Colombo, bem como o Deputado Péricles Mello, da Bancada do PT e agora Vossa Excelência, que soma conosco a representação da Região dos Campos Gerais, pois o último representantes eleito daquela comuna foi o ilustre Deputado Péricles Pacheco que, nesta Casa fez um trabalho digno de incentivo a Telêmaco Borba e à Região dos Campos Gerais.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Registrar a presença aqui, do Deputado Federal mais votado do PMDB, Doutor Osmar Serraglio, lá de Umuarama, terra do Deputado Nelson Garcia.

É uma alegria recebê-lo aqui, professor, Diretor da Faculdade de Umuarama e Deputado Federal, que irá para Brasília representar o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Perfeitamente associado com Vossa Excelência, anúncio já feito pelo Deputado Nelson Garcia e compartilhado com todos os Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1899 a 1905, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Van-

honi e Péricles Mello, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1874, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1879, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1881, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1882 e 1883, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1884 a 1886, de autoria do Senhor Deputado Paulo Gorski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1887 a 1888, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1890, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1891 a 1893 e 1898, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1896 a 1897, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1906, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1862, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra ao ilustre autor.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para encaminhar**)

Senhor Presidente, em entendimento com o Líder do Governo, coloquei duas condições: ou se derruba, ou se tem as informações até o dia 1º de dezembro. E como nos interessa conhecer as informações e as formas pelas quais foram comercializadas as ações da COPEL, solicito e aguardo a prorrogação da aprovação desse requerimento, esperando a retirada dele até o dia 2 de dezembro para que o líder tenha tempo de trazer a esta Casa toda a documentação requerida dentro desse pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Retirado o requerimento, pela competência e bom senso de Vossa Excelência e do Líder do Governo, nesse entendimento havido.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente pedimos ao ilustre Deputado José Maria, se possível, adiarmos a votação desse requerimento para o próximo dia 1º ou 2, para que fizéssemos um esforço para trazermos essas informações ao ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sabíamos que esse entendimento viria de acordo e com interesse mútuo da família do Paraná e Vossa Excelência representa condignamente a posição do Governo e o Deputado José Maria, pelas informações pedidas.

Antes de encerrarmos a reunião, convoco os Senhores Deputados para a Sessão Solene a ser realizada às 17:00, presidida pelo Presidente Anibal Khury, onde será entregue o Título de Cidadão Benemérito deste Estado ao Senhor Rogério Portugal Bacelar, ilustre Desembargador, por proposição do Deputado Eduardo Trevisan.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 311, 329, 355, 371, 374, 396 e 428/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 299, 308, 382, 440, 444 e 446/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 318, 321, 350 e 443/98.

Levanta-se a sessão.